



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA – UFPB

CENTRO DE EDUCAÇÃO – CE

CURSO DE PEDAGOGIA

GLEECIANY SOUZA SANTOS

**ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO EM AMBIENTES EDUCATIVOS PARA
ALÉM DA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES FORMATIVAS NO CURSO
DE PEDAGOGIA**

JOÃO PESSOA

2021

GLEECIANY SOUZA SANTOS

**ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO EM AMBIENTES EDUCATIVOS PARA
ALÉM DA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES FORMATIVAS NO CURSO
DE PEDAGOGIA**

Monografia apresentada ao Curso de Pedagogia da
Universidade Federal da Paraíba, como requisito
parcial para a obtenção do grau de Licenciada em
Pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. José Leonardo Rolim de
Lima Severo

JOÃO PESSOA

2021

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

S237e Gleeciany Souza Santos.

Estágio não obrigatório em ambientes educativos para além da sala de aula: possibilidades formativas no curso de Pedagogia / Gleeciany Souza Santos. - João Pessoa, 2021.

51 f. : il.

Orientação: José Leonardo Rolim de Lima Severo.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) - UFPB/CE.

1. Pedagogia. 2. Estágio. 3. Educação não escolar.
4. Pedagogo(a). I. Severo, José Leonardo Rolim de Lima.
II. Título.

UFPB/BS/CE

CDU 37(043.2)

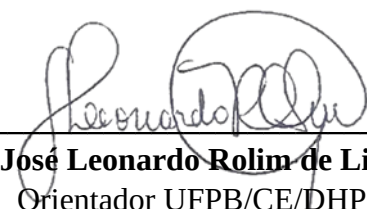
TERMO DE APROVAÇÃO

GLEECIANY SOUZA SANTOS

ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO EM AMBIENTES EDUCATIVOS PARA ALÉM DA SALA DE AULA: POSSIBILIDADES FORMATIVAS NO CURSO DE PEDAGOGIA

Monografia aprovada, como requisito parcial à obtenção de grau de Licencianda em Pedagogia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB, pela seguinte banca examinadora:

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo
Orientador UFPB/CE/DHP

Profa. Dra. Ana Célia Silva Menezes
Avaliadora UFPB/CE/DHP

Profa. Dra. Thamyris Mariana Camarote Mandú
Avaliadora UFPE/CE/DAEPE

João Pessoa
06 de dezembro de 2021

Dedico esta produção aos colegas de profissão que atuam ou desejam atuar na Pedagogia para além da sala de aula.

“Aquele que habita no esconderijo do Altíssimo, à sombra do Onipotente descansará. Direi do Senhor: Ele é o meu Deus, o meu refúgio, a minha fortaleza, e nele confiarei.”

– Salmo 91:1-2

AGRADECIMENTOS

Agradecer é um de ato valorizar cada experiência vivenciada, cada pessoa que fez parte da sua vida e saber que não chegaria até aqui, se não fosse tudo isso. Por isso sou grata. Primeiramente a Deus, que em sua infinita bondade e sabedoria foi meu refúgio e fortaleza nos momentos bons e ruins.

À minha mãe, Maria do Carmo, que se foi, antes que pudéssemos realizar nosso sonho juntas, de ver sua filha formada em uma Universidade Federal, que sempre sonhou tudo isso comigo, me apoiou e encorajou a deixar seu ninho e alçar voos maiores para minha vida, não está sendo fácil encerrar esse ciclo sem sua presença, sem tê-la para compartilhar todos esses momentos, mas sei e sinto que a senhora intercede a Deus por nós e está orgulhosa. Ao meu pai, Genival, que nunca deixou que me faltasse nada, por ser amor, carinho e conforto. Meus irmãos, Gleydson, Gutierrez, Gutemberg, que sempre me apoiaram. Minha gêmea, minha outra metade, Gleyce, minha melhor amiga, que mesmo longe, sempre esteve perto, a quem admiro e me orgulho a cada dia. Meu tio Deonilson e sua família, que desde o dia que cheguei a João Pessoa, me acolheram e ajudaram. E a família de Cristian, um presente que o Senhor me deu, pessoas humildes, amorosas e de coração imenso.

Ao meu parceiro de vida, Cristian Verçosa, que chegou no momento certo em minha vida e esteve ao meu lado em todos os momentos, que compartilhou desse sonho comigo mais do que qualquer pessoa, que acreditou em mim, até quando eu achei que não seria capaz, me incentivou e encorajou. Obrigada por ser essa pessoa incrível, por ser carinho, cuidado, amizade, força, a quem admiro, amo e me orgulho.

Trilhar tudo isso e não conhecer pessoas que tornaram o caminho mais leve, mais significativo, não valeria a pena, por isso, agradeço a todos/as que conheci durante essa trajetória, em especial, a Mariza, a irmã que a UFPB me deu, a Kátia, Maria da Conceição, Geisiane, Erika, Priscila e Jonyelson, admiro demais suas trajetórias.

Agradeço ao Estágio na Coordenação de Estágio e Monitoria, primordial para minha graduação e por pessoas incríveis que conheci, Liara, Alan, Ana Amália, Prof. Eliane Ferraz. Agradeço ao GEPPTES e ao projeto de Extensão no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos por me apresentarem à Educação Não Escolar e à busca por conhecimento. E aos demais projetos e estágios desenvolvidos durante a graduação, que com certeza, enriqueceram e trouxeram conhecimentos ímpares para minha formação.

Agradeço imensamente ao Prof. Dr. José Leonardo Rolim de Lima Severo, muito mais que orientador da monografia, foi meu orientador nos projetos da graduação, de formação acadêmica e desenvolvimento pessoal, um dos principais propulsores que me incentivou, me inspirou e ensinou tanto, a quem admiro e sou fã desde a disciplina cursada no 4º período. E aos demais docentes do curso de Pedagogia, por tanto aprendizado adquirido no meu processo de formação. Agradeço também à banca examinadora desta pesquisa, professoras Ana Célia Menezes e Thamyrís Mandú, que, certamente, avaliaram este trabalho com o desejo de aperfeiçoá-lo.

Escreveria um artigo sobre as pessoas e momentos a quem sou grata durante esse processo, mas encerro por aqui, agradecendo a todos/as que contribuíram direta ou indiretamente na minha formação.

SANTOS, Gleeciany Souza. **Estágio Não Obrigatório em Ambientes Educativos para Além da Sala de Aula:** possibilidades formativas no curso de Pedagogia. 2021. 51p. Monografia (Graduação em Pedagogia). Universidade Federal da Paraíba, Centro de Educação, João Pessoa-PB.

RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo analisar e discutir a oferta de estágio não obrigatório para estudantes do curso de Pedagogia da UFPB/Campus I, com a pretensão de discutir como tal modalidade de estágio é vista na formação do/a pedagogo/a para atuação em espaços fora de sala de aula. Os elementos teóricos se configuram a partir da discussão sobre o curso de Pedagogia como ciência da educação, sobre políticas curriculares para formação de educadores/as, como a BNC-Formação, de 2019, e as DCNs para o curso de Pedagogia, sobre o estágio como práxis educativa e a educação não escolar, a partir dos autores Pimenta e Lima (2017), Zabalza (2014), Severo (2015;2017;2018), Franco (2008), Libâneo (2001;2012), Pinto (2011). O percurso metodológico que configura esta pesquisa se conduz pela abordagem qualitativa e adotou como método uma revisão bibliográfica sobre estágio e formação do pedagogo/a, com foco na educação em práticas pedagógicas fora de sala de aula e pesquisa exploratória e documental, a partir da investigação documental de TCEs do curso de Pedagogia/UFPB/ Campus I. A partir disso, foram encontrados 264 TCEs, dos quais foram extraídos 46 que se referiam a espaços diferentes da sala de aula. Conclui-se que esse trabalho trouxe considerações importantes a respeito das atividades desenvolvidas em estágios em espaços que diferem da sala de aula e podem ser contemplados como mais uma possibilidade de refletir a atualização dos PPCs dos cursos de licenciatura, especialmente, o de Pedagogia.

Palavras-chave: Pedagogia. Estágio. Educação Não Escolar. Pedagogo/a.

SANTOS, Gleeciany Souza. **Non-Mandatory Internship in Educational Environments Beyond the Classroom:** formative possibilities in the Pedagogy course. 2021. 51p. Monograph (Graduation in Pedagogy). Federal University of Paraíba, Education Center, João Pessoa-PB.

ABSTRACT

The present work aims to analyze and discuss the offer of non-mandatory internship for students of the Pedagogy course at UFPB/Campus I, with the intention of discussing how such internship modality is seen in the training of pedagogues to work in spaces outside the classroom. The theoretical elements are configured from the discussion on the Pedagogy course as a science of education, on curricular policies for training educators, such as the BNC-Formation, from 2019, and the DCN for the course, about the internship as educational practice and non-school education, from the authors Pimenta and Lima (2017), Zabalza (2014), Severo (2015; 2017; 2018), Franco (2008), Libâneo (2001; 2012), Pinto (2011). The methodological path that configures this research was conducted by a qualitative approach and adopted as a method a literature review on the internship and training of the pedagogue, focusing on education in pedagogical practices outside the classroom and exploratory and documentary research, based on the documentary investigation of TCEs of the Pedagogy course/UFPB/ Campus I. From this, 264 TCEs were found, of which 46 were extracted that referred to different spaces in the classroom. internships in spaces that differ from the classroom and can be seen as one more possibility to reflect the updating of the PPCs of the degree courses, especially the Pedagogy one.

Keywords: Pedagogy. Internship. Non-School Education. Pedagogue

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

BNC – Base Nacional Comum

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CE – Centro de Educação

CEM – Coordenação de Estágio e Monitoria

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CONSEPE – Conselho Superior de Ensino

DCNP – Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação de Pedagogia

DCNs – Diretrizes Curriculares Nacionais

ECS – Estágio Curricular Supervisionado

CGE – Coordenação Geral de Estágio

ENE – Educação Não Escolar

GEPPTES – Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade

IES – Instituições de Ensino

LDB – Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional

ONGS – Organizações Não Governamentais

PPC – Projeto Pedagógico Curricular

PRG – Pró Reitoria de Graduação

REPPED - Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia

SIGAA - Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmicas

TCE – Termo de Compromisso de Estágio

UFPB – Universidade Federal da Paraíba

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – TCES analisados	34
Quadro 2 – Ofertas de estágios em espaços fora de sala de aula	37
Quadro 3 – Rotina geral dos estágios	40
Quadro 4 – Apoio técnico pedagógico	41
Quadro 5 – Estudo/Produção Acadêmica	43

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	13
2 INSPIRAÇÕES TEÓRICAS	17
2.1 A Pedagogia e Ciência da Educação	17
2.2 Estágio e Práxis Pedagógica	20
2.3 Diretrizes Curriculares e o Curso de Pedagogia	22
2.4 Educação Não Escolar e Práticas Pedagógicas	29
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICO	32
3.1 Abordagem da Pesquisa	32
3.2 Instrumentos para coleta e análise dos dados	33
4 ANÁLISE E DISCUSSÃO	36
4.1 O estágio não obrigatório em atividades não docentes	36
4.2 Propostas de práticas de estágio em atividades não docentes	39
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	45
REFERÊNCIAS	47
ANEXOS	51

1 INTRODUÇÃO

Esta pesquisa partiu de um interesse inicial em discutir a experiência do Estágio Curricular Supervisionado (ECS) não obrigatório em ambientes fora do contexto de sala de aula, uma vez que a pesquisadora atuou como estagiária na Pró-Reitoria de Graduação - PRG, no âmbito da Coordenação de Estágio e Monitoria (CEM, atual Coordenação Geral de Estágio) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), na coordenação de uma escola de rede privada e por participar do projeto de extensão “Oficinas de Pedagogia Social no Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos” Ciclos I e II, desenvolvido na Universidade Federal da Paraíba (UFPB), vinculado ao Grupo de Estudos e Pesquisas em Pedagogia, Trabalho Educativo e Sociedade (GEPPTES), que discute a Pedagogia em ambientes escolares e não escolares, pensando na sociedade atual e suas transformações. A participação ativa nessas atividades, motivou o interesse e a pesquisa em uma Pedagogia para além da sala de aula.

O estágio é uma atividade curricular que possibilita uma aproximação a prática profissional, sendo a integração teoria-prática o eixo dessa experiência formativa. Pimenta e Lima (2017, p.36-37) afirmam que “[...] o estágio não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis [...] é atividade teórica de conhecimento, fundamentação, diálogo e intervenção na realidade, esta sim, objeto de práxis”. Sendo assim, o estágio é um ato educativo que favorece a oportunidade de ampliação e fortalecimento de atitudes éticas, conhecimentos e competências necessárias ao exercício profissional.

No contexto institucional da UFPB, o estágio não-obrigatório complementa a formação acadêmico-profissional do discente, em atividade prática, compatível com o horário acadêmico, podendo este ser realizado como um componente curricular obrigatório, optativo ou flexível (UFPB, 2015). Para o curso de Pedagogia, o aproveitamento dessa experiência para fins de integralização curricular poderá ocorrer mediante aprovação do Colegiado do Curso.

Nesse sentido, essa pesquisa propõem-se analisar a importância do estágio não obrigatório no processo de formação dos pedagogos/as. No entanto, dada a impossibilidade de abarcar essa discussão em uma amplitude maior, optou-se por realizar um recorte do tema na perspectiva de compreender e analisar a oferta do estágio curricular não-obrigatório para os/as estudantes de Pedagogia em espaços diferentes da sala de aula, com a pretensão de sinalizar como o estágio não obrigatório é visto na formação do/a pedagogo/a em espaços fora de sala

de aula e no que diz respeito às diretrizes curriculares que se aplicam ao curso de Pedagogia e ao seu Projeto Pedagógico de Curso (PPC).

As áreas de atuação do/a Pedagogo/a se ampliam à medida que a sociedade vai se transformando. Atualmente, pedagogos/as atuam em diversos ambientes, além da docência e gestão na educação básica, atuam em hospitais, empresas, no campo jurídico, na área socioeducativa, entre outros.

Porém, o curso de Pedagogia está passando por um processo de mudanças importantes em sua base curricular, através da Resolução CNE/CP Nº 1, DE 27 de outubro de 2020, que institui Base Nacional Comum para a Formação Continuada de Professores da Educação Básica (BNC-Formação Continuada), algumas mudanças estão ganhando uma forma indesejada para a formação do Pedagogo/a, esses processos evidenciam muitas disputas sobre o sentido da Pedagogia, principalmente como ciência da educação,

A resolução atual reduz a Pedagogia ao magistério ao prever cursos separados para formação docente e para funções de gestão educacional, em contraposição à ideia de uma formação ampla e integrada do pedagogo, formação essa que derivou de uma concepção epistemológica de formação que situa teoria e prática como dimensões unitárias do fazer docente (SILVA, ORTIGÃO, 2020, p.111).

Através desse trabalho, insiste-se que o curso de Pedagogia precisa ser um espaço de formação para diferentes educadores/as escolares e não escolares, pois assim, o curso acompanhará as mudanças na sociedade, mas, infelizmente, enquanto temos espaços que estão demandando cada vez mais pedagogos/as, tem-se um curso que está se fechando para as questões atuais.

Isto posto, aponta-se para a seguinte questão norteadora: Quais âmbitos têm sido objeto de estágio não obrigatório no curso de Pedagogia e quais as aprendizagens que o discente adquire para a sua formação?

Ao fazer uma breve consulta à plataforma do Google Acadêmico sobre Estágios Curriculares Supervisionados (ECS) não obrigatório em ambientes diferentes da sala de aula, foi possível perceber que existem poucos estudos em relação a esse tema. Partindo desse pressuposto, pretende-se investigar ECS não obrigatório no curso de Pedagogia da UFPB – Campus I relacionados a esse tema, através de uma pesquisa documental no arquivo da Coordenação Geral de Estágio (CGE), analisar Termos de Compromisso (TCEs) e identificar as aprendizagens dos/as graduandos/as que realizaram esse tipo de estágio.

Apesar do curso de pedagogia atualmente prever um campo amplo para o profissional, de acordo com Art. 4º das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCNs),

O curso de Licenciatura em Pedagogia destina-se à formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal, de Educação Profissional na área de serviços e apoio escolar e em outras áreas nas quais sejam previstos conhecimentos pedagógicos (Brasil, 2006).

É citado também que, as atividades do/a pedagogo/a podem ser na organização, gestão de sistemas e instituição de ensino, envolvendo-se em planejamento, pesquisa, coordenação, produção e ampliação do conhecimento científico-tecnológico em experiências educativas escolares e não escolares (BRASIL, 2006).

A composição curricular do curso reserva, dentre suas 3.210 horas totais, apenas 60 horas de estágio em área diferente a do magistério, que é área de gestão educacional, fazendo assim que a visão do profissional se resuma, quase que exclusivamente à docência.

Severo (2017, p.980) afirma que “a impossibilidade de a diversidade de práticas pedagógicas não escolares ser representada pela ideia de prática docente torna insustentável um curso de Pedagogia que se proponha a formar o pedagogo como cientista da educação”.

Além disso, a Pedagogia enquanto Ciência da Educação, abrange a prática educativa, vista como prática social intencional, na qual confluem as intencionalidade e expectativas sociais, determinantes no contexto da existência humana e concretização a realidade subjetivada, em processo histórico-social que se renova constantemente (FRANCO, 2008).

Reside, portanto, a importância pedagógica do tema, haja vista que se identifica uma lacuna na formação do pedagogo/a. Assim, espera-se que este estudo possibilite de alguma forma que essa escassez seja suprida por meio do estágio não obrigatório, uma vez que esta atividade curricular, nos cursos de formação de pedagogos/as visa a aproximação da realidade e a consequente reflexão teórica e ao aprofundamento em direção à teoria-prática recriada, tomando como eixo dessa experiência formativa, a integração teoria-prática.

Espera-se que este estudo possibilite a ampliação do leque de estágios em ambientes fora da sala de aula, proporcionando a desconstrução de que o discente que cursa Pedagogia não atua exclusivamente em sala de aula, ele também está inserido nos contextos sociais da sociedade e contribui para desconstruir uma série de preconceitos que existem acerca de sua atuação. Sendo assim, a relevância social dessa pesquisa, direciona-se para que o pedagogo/a possa ocupar diversos espaços educativos, e na pretensão de refletir o quão amplas são as possibilidades de atuação dessa profissão.

Sendo assim, o objetivo geral desse trabalho é analisar e discutir estágios curriculares não obrigatório em espaços diferentes de sala de aula.

E como objetivos específicos pretende-se,

- Investigar Termos de Compromisso de Estágio Curricular Supervisionado (ECS) não obrigatório na Universidade Federal da Paraíba – UFPB em ambientes diferentes da sala de aula.
- Identificar se esses estágios possuem relação com Projeto Pedagógico do curso de Pedagogia.
- Analisar as contribuições que os estágios em ambientes fora da sala de aula trazem para a formação do profissional pedagogo/a.

O referido trabalho, inicialmente discutirá o curso de Pedagogia como ciência da educação, a BNC e a divergência com as DCNs, o estágio como práxis educativa e a educação não escolar, com aporte teórico, de autores da área da educação, estágio e Educação Não Escolar (ENE) como Pimenta e Lima (2017), Zabalza (2014), Severo (2015;2017;2018), Franco (2008), Libâneo (2001), Pinto (2011), entre outros utilizados, e documentos oficiais como as DCNs de 2006 e 2015, a Resolução do CONSEPE Nº 64/2006. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia – UFPB, a atual BNC e outros documentos que fundamentaram a pesquisa e a discussão deste trabalho.

Em seguida, será exposto a análise e discussão dos dados encontrados nos TCEs de acordo com os objetivos propostos e por fim, apresenta-se as considerações finais, com o intuito de retomar os objetivos e questões que nortearam a pesquisa, propondo algumas contribuições quanto à realização dos ECS e fornecer um feedback à coordenação do curso de pedagogia, de modo que seus professores e alunos possam, a partir dos resultados da pesquisa, utilizar algumas reflexões trazidas nesta pesquisa para o trabalho que realizam. Disso pode resultar propostas para que os estudantes de pedagogia possam se inserir em âmbito diferentes da sala de aula de maneira mais qualitativa, visando o curso como um campo amplo e aberto para diversas áreas da educação.

2 INSPIRAÇÕES TEÓRICAS

2.1 A Pedagogia e Ciência da Educação

Antes de apresentar as possibilidades de oferta de estágio não obrigatório em ambientes diferentes da sala de aula, que é o objeto desse estudo, teceremos, primeiramente, discussões panorâmicas sobre o estágio e a Pedagogia, apresentando algumas referências teóricas e legais que julgamos importantes para as reflexões posteriores.

É necessário compreender que a Pedagogia é a ciência que tem o papel de estudar a práxis educativa em seus diversos âmbitos na prática social. É a ciência pela qual o pedagogo/a investiga fenômenos da educação pela teoria e elabora práticas a fim de atingir fins educativos. Libâneo (2001, p.14) afirma que “o termo Pedagogia se aplica ao campo teórico-investigativo da educação (em conexão com as demais ciências da educação) e ao campo técnico profissional de formação do profissional não diretamente docente e, o de “pedagogo”, ao profissional formado nesse curso”.

Nessa relação dialética, a Pedagogia estuda e propõe intencionalidades e modos de ação que se traduzem na educação como prática social de formação humana. Para tanto, a Pedagogia investiga a educação em suas diversas dimensões e contextos. A educação é, na sua natureza, uma atividade eminentemente prática e se refere à realização efetiva de uma atividade humana que tem um sentido, uma intencionalidade, uma finalidade; é a ação humana que visa a relação ativa entre o sujeito e os objetos da realidade dando uma configuração a esta realidade, transformando esta realidade. Freire (2014, p.127) afirma que a educação

[...]se instauraria como método de ação transformadora. Como práxis política a serviço da permanente libertação dos seres humanos, que não se dá, repitamos, nas suas consciências apenas, mas na radical modificação das estruturas em cujo processo se transformam as consciências.

A educação, portanto, é uma prática social voltada para potencializar a ação humana, para a formação, transformação e o desenvolvimento humano em todas as suas dimensões. Ela compreende o conjunto de processos, influências, estruturas e ações, que atuam no desenvolvimento dos sujeitos em seus contextos de relações sociais e naturais, visando à formação humana.

Já a Pedagogia, como ciência da educação, tem a função de estudar, pesquisar a práxis educativa, a fim de preparar os sujeitos, os profissionais de educação e docentes, para promover condições de educação transformadora e humanizada (PIMENTA; PINTO; SEVERO, 2020).

Severo (2018, p.04) ressalta que a Pedagogia é a Ciência que tem a Educação como âmbito da realidade humana e abrange três dimensões que permitem afirmar a Pedagogia como Ciência da Educação,

[...]em sua dimensão científico-filosófica, fundamenta conhecimentos teóricos para a compreensão e explicação dos fatos educativos; em sua dimensão tecnológica, descreve o processo educativo a partir de ferramentas e modelos úteis à prática; e que, em sua dimensão praxiológica, estabelece princípios normativos e operações aplicativas que regulem as práticas educativas reflexiva e criticamente.

Partindo de uma perspectiva da origem etimológica, Pinto (2011) afirma que a palavra Pedagogia tem origem grega, sendo utilizada para identificar, na Antiguidade, a ação do escravo-pedagogo que conduzia a criança à escola. A palavra está associada à ideia educacional, de condução, meio de ensino, e se referia à relação educativa em uma sociedade desigual, pois o condutor era o escravo e o conduzido era a criança filha do cidadão grego.

Nas sociedades ocidentais, ao longo de sua trajetória histórica, a palavra Pedagogia foi se ampliando cada vez mais, podendo ser entendida como um campo de conhecimentos sobre os problemas educacionais em sua totalidade e historicidade e ao mesmo tempo, uma diretriz orientadora da ação educativa (PINTO, 2011).

A contemporaneidade é cenário de intensas transformações causadas pelos impactos da globalização cultural e da internacionalização da economia com inovações tecnológicas e científicas em vários ambientes. Para Libâneo (2001, p.157) “essas transformações [...]levam à introdução, no processo produtivo, de novos sistemas de organização do trabalho, mudança no perfil profissional e na qualificação dos trabalhadores, afetando o sistema de ensino”.

Nesse sentido, a complexidade da sociedade e a diversificação das atividades educativas são fatores que fazem com que o/a profissional pedagogo/a não possa mais ser visto como um/a técnico/a do ensino, mas como um profissional capaz de ser agente transformador de conteúdos em conhecimentos, de mediar processos de ensino-aprendizagem em diferentes contextos, de pesquisar as suas próprias ações pedagógicas, articulando seu fazer às dinâmicas estruturantes da sociedade, em seus níveis macro e micro.

Torna-se necessário, então, que os/as futuros/as pedagogos/as reconheçam as relações entre o espaço escolar, as metodologias e teorias de ensino e o sistema social mais amplo, uma vez que as políticas, as diretrizes curriculares, as formas de organização do sistema de ensino, estão repletas de significados sociais e políticos que influenciam fortemente as ideias, os modos de agir, as atitudes e os comportamentos de professores/as e alunos/as, bem como as práticas pedagógicas, organizacionais e curriculares, como destacam Libâneo, Oliveira e Toschi (2012).

Apesar da importância da formação de professoras/es no curso de Pedagogia, os processos que demandam intervenção de pedagogas/os estão para além da sala de aula, de modo que o curso de Pedagogia necessita formar profissionais para atuarem em espaços como empresas, presídios, hospitais, Órgãos Não Governamentais (ONGs), em Centros de Referência de Assistência sociais (CRAS), em TVs, rádio, revistas, editoras, entre outros que carecem o trabalho pedagógico.

O/a pedagogo/a é o profissional capaz de atuar em diversas instâncias da prática educativa, seja direta ou indiretamente ligadas à organização e as metodologias de transmissão e assimilação de saberes e modos de ação, considerando objetivos de formação humana, anteriormente definido em sua contextualização histórica (LIBÂNEO, 2001).

Portanto, não é suficiente para uma sociedade contemporânea que pedagogos/as se restrinjam unicamente às escolas. Dessa forma, os cursos de Pedagogia necessitam ampliar e “(re)criar” saberes e práticas para a formação dos pedagogos/as, promovendo um currículo que contemple os diversos contextos sociais no qual a complexidade do curso de Pedagogia alcança (PIMENTA; PINTO; SEVERO, 2020, p. 09). Os autores destacam, ainda, que essa complexidade, refere-se, ao

[...]caráter multirreferencial da base de conhecimentos que organiza o curso de Pedagogia e à pluralidade de cenários e estratégias de trabalho pedagógico em espaços escolares e não escolares. Isso faz com que o curso incorpore atribuições que se espalham na formação de um(a) profissional com amplo espectro de possibilidades de atuação.

A ampliação dos espaços educativos para atuação do pedagogo/a demanda criticidade, consciência histórica e também perspectiva política e transformadora que deve ser desenvolvida em uma rede social articulada de políticas públicas para a construção coletiva de uma sociedade democrática. A emergência desses espaços se liga a fatores sociais, políticos e econômicos relacionados ao processo de globalização, além de fatores culturais impulsionados pela comunicação e troca de experiências apoiadas em tecnologias contemporâneas (SEVERO, 2015).

A Pedagogia precisa considerar esse papel político, a fim de estar refletindo, avaliando, propondo a discussão sobre os fins e os valores da educação, como prática social historicamente situada (FRANCO, 2008). Sendo assim, concorda-se com Libâneo (2001, p.161) ao afirmar que o campo de estudos da Pedagogia

[...] compreende os elementos da ação educativa e sua contextualização, tais como o aluno enquanto sujeito do processo de socialização e aprendizagem, os agentes de formação [...], as situações concretas em que se dão os processos formativos [...], o saber como objeto de transmissão/assimilação e o contexto socioinstitucional das instituições [...].

Por intermédio de conhecimentos científicos e referências culturais, a Pedagogia investiga a realidade educacional em transformação, com objetivos e processos de intervenção metodológica referentes à formação humana (LIBÂNEO, 2001). A Pedagogia não se insere exclusivamente na escolarização nem é sinônimo de prática educativa, pois a educação, como seu objeto, “designa um processo global de formação humana por meio da inserção dos sujeitos na cultura e sob mediações exercidas por agentes e dispositivos em contextos variados” (SEVERO; PIMENTA, 2015, p.489).

Levando em consideração esses espaços da ação pedagógica, na qual se constituem na interação entre as pessoas, em diferentes espaços e situações, surge a preocupação sobre as ações formativas do/a pedagogo/a, a partir da prática realizada nos estágios, tendo em vista a necessidade de se compreender melhor o sentido do seu campo teórico-metodológico.

2.2 Estágio e Práxis Pedagógica

Um ponto que vale ser ressaltado nessa pesquisa é a relação teoria-prática na formação do pedagogo/a. Para isto, algumas considerações sobre o estágio e a prática pedagógica necessitam ser levantadas. Pimenta e Lima (2017) afirmam que o estágio é um lugar de reflexão sobre a construção e o fortalecimento da identidade e concordam com Buriolla (1999) que conceitua o estágio como locus em que a identidade profissional é criada, construída e referida; que deve ser planejada e sistematizada a partir do desenvolvimento de uma ação crítica e reflexiva.

De acordo com a Lei n. 11.788/2008 de 25 de setembro de 2008 (BRASIL, 2008), “[...] o estágio é ato educativo escolar supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que visa à preparação para o trabalho produtivo de educandos que estejam frequentando o ensino regular em instituições [...]”. A lei definiu ainda que, ele pode ser obrigatório ou não obrigatório, conforme determinação das diretrizes curriculares da etapa, modalidade e área de ensino e do projeto pedagógico do curso.

Além disso, considera-se o estágio como uma realidade complexa, determinada por múltiplas variáveis, na qual participam os estudantes, a instituição de ensino e os locais de estágio como agentes fundamentais desse processo (ZABALZA, 2014).

Os cursos de licenciatura, ao fornecer uma bagagem teórica específica que exige uma visão crítica da sociedade vigente, o estágio transparece lacunas na formação de um profissional competente, capaz de trabalhar e relacionar a teoria com a prática. Mas não apenas nisso, frequentemente observa-se alunos/as da graduação comentando que a teoria e a prática não convergem, que na prática a teoria é outra, isso enfatiza que “[...] o curso nem

fundamenta teoricamente, a atuação do futuro profissional nem toma a prática como referência para a fundamentação teórica. Ou seja, carece de teoria e prática” (PIMENTA; LIMA, 2017, p.26).

Na visão de Pimenta, (2012) o estágio tem sido compreendido como o “polo prático” dos cursos, oposto à teoria e, dessa forma, os discentes têm colocado suas apostas, seus objetivos, no estágio enquanto possibilidade para o enfrentamento entre a teoria e a prática.

Fávero (1992, p.65 apud PIMENTA, 2012, p.80), negando essa visão dicotômica, defende que a “[...] concepção dialética na qual teoria e prática são o núcleo articulador da formação do profissional. Teoria e prática são indissociáveis. A prática (a análise teórica da prática) é o ponto de partida e de chegada”.

Sendo assim, teoria e prática são componentes imanentes da práxis educativa, definida como “[...] atividade teórico-prática, ou seja, tem um lado ideal, teórico, e um lado material, propriamente prático, com a particularidade de que só artificialmente, por um processo de abstração, podemos separar, isolar um do outro [...]” (VÁSQUEZ, 1968, p.241).

Nesse sentido, o estágio deveria ter por finalidade oferecer ao discente uma aproximação à realidade na qual irá se inserir, após formado, por meio da pesquisa como fonte de elaboração teórica e experimentações práticas críticas e colaborativas. Portanto, não se deve relacionar o estágio como período exclusivamente prático do curso, é preciso admitir que a atividade ocorrerá, efetivamente, no momento em que o estudante for professor/a, na prática, o estágio proporcionará ao estudante, a oportunidade de relacionar a teoria à prática e constituir uma reflexão a partir da realidade da instituição de ensino como aporte dos conhecimentos teóricos necessários.

Pimenta e Lima (2017) defendem que a pesquisa no estágio é uma estratégia, método e possibilidade de formação para o/a discente e se coloca como postura teórico metodológica e desafiadora. Para tanto, o estágio deve permitir a ampliação de conhecimentos, análise dos ambientes que os estágios serão realizados, reflexão do trabalho e ações do/a docente, e principalmente, o desenvolvimento de posturas e habilidades de pesquisador do estagiário/a, a partir de elaboração de projetos que possibilitem compreender, identificar resultados e problematizar as situações vivenciadas.

Enfim, um curso não é a prática pedagógica, mas é a teoria sobre a prática pedagógica e será tão mais construtiva à medida que as disciplinas tiverem como ponto de partida a realidade educacional brasileira, para assim, contextualizar a teoria com sua realidade e na hora da prática haver mais sintonia com o que foi ensinado.

O estágio deve ser uma atividade fundamental para formação dos/as pedagogos/as, uma vez que auxilia o/a estudante a compreender e enfrentar o mundo do trabalho e contribuir para a formação de sua consciência política e social, mas para isso é preciso vê-lo, não como uma atividade obrigatória e burocrática, mas como uma forma de produção prática, profissional, de troca de serviços e possibilidades para mudanças. Dessa forma, faz-se necessário compreender a importância da contribuição dos documentos legais para as práticas pedagógicas nas atividades de estágio e do curso de Pedagogia.

2.3 Diretrizes Curriculares e o Curso de Pedagogia

Diante da aprovação da Resolução CNE/CP Nº 02/2019 em substituição à Resolução CNE/CP Nº 02/2015, o curso de Pedagogia passará por mudanças que restringem ainda mais a finalidade formativa do curso de pedagogia na esteira das antigas diretrizes, que centralizavam o curso de Pedagogia na docência.

Em 2015, a perspectiva da docência era posta de uma forma pouco ampliada e atualmente, a Resolução CNE/CP Nº 02/2019 (BRASIL, 2019) sinalizada pelo conselho nacional de educação, é uma revisão dessas diretrizes no sentido de fixar o curso de Pedagogia na formação de professores em alinhamento aos conteúdos da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (BRASIL, 2017).

A Resolução CNE/CP Nº 02/2015 (BRASIL, 2015) definiu princípios, fundamentos, dinâmica formativa e procedimentos a serem observados nas políticas, na gestão e nos programas e cursos de formação, bem como no planejamento, nos processos de avaliação e de regulação das instituições de educação que as ofertam.

Com relação à carga horária, a resolução de 2015 estabeleceu no mínimo 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico; 400 horas dedicadas ao estágio supervisionado, na área de formação e atuação na educação básica, contemplando também outras áreas específicas, se for o caso, conforme o projeto de curso da instituição; pelo menos 2.200 horas dedicadas às atividades formativas estruturadas pelos núcleos definidos a partir do projeto do curso da instituição e 200 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas de interesse dos estudantes, “por meio da iniciação científica, da iniciação à docência, da extensão e da monitoria, entre outras, consoante o projeto de curso da instituição” (BRASIL, 2015).

Na Resolução CNE/CP Nº 02/2019, permaneceram as 3.200 horas mínimas, devendo ser considerados as competências explicitadas na BNC-Formação, distribuindo essas horas em três grupos da seguinte forma (BRASIL, 2019):

I - Grupo I: 800 (oitocentas) horas, para a base comum que compreende os conhecimentos científicos, educacionais e pedagógicos e fundamentam a educação e suas articulações com os sistemas, as escolas e as práticas educacionais. II - Grupo II: 1.600 (mil e seiscentas) horas, para a aprendizagem dos conteúdos específicos das áreas, componentes, unidades temáticas e objetos de conhecimento da BNCC, e para o domínio pedagógico desses conteúdos. III - Grupo III: 800 (oitocentas) horas, prática pedagógica, assim distribuídas: a) 400 (quatrocentas) horas para o estágio supervisionado, em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora; e b) 400 (quatrocentas) horas para a prática dos componentes curriculares dos Grupos I e II, distribuídas ao longo do curso, desde o seu início, segundo o PPC da instituição formadora.

É possível perceber que “A Resolução CNE/CP nº 2/2019 rompe com a perspectiva de articulação entre formação inicial e continuada, princípio defendido pelo movimento dos educadores nas últimas décadas, no tocante ao modo de conceber e desenvolver políticas curriculares” (BRANDT; HOBOLD; FARIAS, 2021, p.59). Limitando excepcionalmente o curso de Pedagogia apenas à prática pedagógica instrumental.

Entende-se que para que a profissão de Pedagogo/a possa se constituir como uma ferramenta, um instrumento de transformação social na lógica de promoção do direito à educação, de valorização do humano, de superação das desigualdades, é preciso se vincular à uma teoria da Pedagogia como uma ciência de práxis, uma ciência que possa pensar, problematizar e produzir alternativas que potencializem a educabilidade humana como um processo de formação para autonomia, engajamento socio comunitário, para construção de saberes e para a formação de atitudes éticas e políticas comprometidas com a democracia e a atualidade (SEVERO, 2021).

Vieira (2011), ao realizar um estudo acerca das DCNP (CNE/CP nº 01, de 15 de maio de 2006), evidencia os conceitos de docência, gestão e conhecimento, como articuladores do perfil do/a pedagogo/a. A autora aponta que há uma hierarquia entre eles, na qual a docência é hegemônica e se define como a base da formação do/a licenciado/a em Pedagogia, em sequência, o conceito de gestão e finalmente o de conhecimento.

Além disso, as DCNP definem que o curso de licenciatura em Pedagogia, é destinado para a formação de professores para exercer funções de magistério na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nos cursos de Ensino Médio, Educação Profissional na área de apoio escolar e serviços e em demais áreas nas quais sejam previstos conhecimentos e práticas pedagógicas (BRASIL, 2006). Isso abre possibilidades para que as instituições de ensino ampliem os PPC's e o leque de ofertas de disciplinas para as diversas áreas que a Pedagogia pode abarcar. Em razão de que, o processo de formação de pedagogos/as deve construir intimidade com a docência, com o ensino, mas é incompreensível subsumir essa formação ao exclusivo exercício da docência (FRANCO, 2008).

As DCNP definem ainda que também é central para a formação do/a licenciado/a em Pedagogia

[...] a participação na gestão de processos educativos e na organização e funcionamento de sistemas e instituições de ensino, além de indicar que o egresso do curso de Pedagogia deverá estar apto, a participar da gestão das instituições e demais áreas contribuindo para elaboração, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação do projeto pedagógico e planejando, executando, acompanhando e avaliando projetos e programas educacionais, em ambientes escolares e não-escolares, além de realizar pesquisas que proporcionem conhecimentos[...] (BRASIL, 2006, p.2).

A docência passou a ser compreendida como eixo central da formação do/a pedagogo/a e de constituição de sua identidade, o que causou um certo impacto no meio educacional. Diversos debates surgiram e deles resultaram posições favoráveis e desfavoráveis com relação à docência sendo base da formação do/a pedagogo/a.

Libâneo e Pimenta (2006) argumentam posições desfavoráveis em que partem do sentido de que a Pedagogia, ao longo de sua história, já havia conquistado espaços de atuação que foram eliminados pelas Diretrizes, com foco na formação do professor da Educação Infantil e dos anos iniciais do Ensino Fundamental. Representando posições favoráveis, Sá (2000), argumenta que a ação docente é o elemento catalisador de todo o processo de formação do profissional da educação e é, por meio dela, que se materializa o trabalho pedagógico, com suas múltiplas facetas, espaços e atores.

Como Libâneo e Pimenta (2006) bem argumentam, a Pedagogia é “[...] a ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional – no qual se inclui a docência”. Além disso, “a Pedagogia é mais ampla que a docência; educação abrange outras instâncias além da sala de aula; profissional da educação é uma expressão mais ampla que profissional da docência, sem pretender com isso diminuir a importância da docência” (LIBÂNEO; PIMENTA, 2006, p.21 e 30).

Sendo assim, para aprofundar a discussão sobre a formação do/a Pedagogo/a na atuação em áreas diferentes a da docência, sustenta-se as análises baseadas nas pesquisas sobre a formação do/a pedagogo/a, considerado o/a profissional apto/a a atuar em diversas modalidades de práticas educativas, que extrapolam os vínculos da docência. E percebe-se, a grande liderança da docência em relação à gestão educacional e a outros campos de atuação do Pedagogo/a, pois esta é considerada a base da formação do/a licenciado/a em Pedagogia.

Quanto à carga horária, definiu-se que o curso de Pedagogia, terá o mínimo de 3.200 horas de efetivo trabalho acadêmico, distribuídos em 2.800 horas dedicadas às atividades formativas; 300 horas dedicadas ao Estágio Supervisionado prioritariamente em Educação

Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, contemplando também outras áreas específicas; 100 horas de atividades teórico-práticas de aprofundamento em áreas específicas, por meio, da iniciação científica, da extensão e da monitoria (BRASIL, 2006).

As DCNP (BRASIL,2006), estabeleceram apenas 300 horas de estágio e 100 horas de atividades teórico-práticas. Já, a Resolução CNE/CP nº 2/2019 regulamentaram 400 horas de estágio nos cursos de licenciatura, baseado na BNCC e exclusivamente em escolas. Nesse contexto, cabe ressaltar a necessidade de (re)discutir a manutenção ou alteração da carga horária de estágio disciplinada nas DCNP, sobretudo nas atualizações dos PPCs dos cursos de licenciatura e, dentre eles, o de Pedagogia, baseando o currículo na BNCC.

Além disso, as DCNP, estabeleceram a integralização de estudos efetivada, nos termos do projeto pedagógico da instituição, por meio de disciplinas, seminários e atividades de natureza predominantemente teórica, de práticas de docência e gestão educacional, de atividades complementares e de:

[...] estágio curricular a ser realizado, ao longo do curso, de modo a assegurar aos graduandos experiência de exercício profissional, em ambientes escolares e não escolares que ampliem e fortaleçam atitudes éticas, conhecimentos e competências: a) na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, prioritariamente; b) nas disciplinas pedagógicas dos cursos de Ensino Médio, na modalidade Normal; c) na Educação Profissional na área de serviços e de apoio escolar; d) na Educação de Jovens e Adultos; e) na participação em atividades da gestão de processos educativos, no planejamento, implementação, coordenação, acompanhamento e avaliação de atividades e projetos educativos; f) em reuniões de formação pedagógica (BRASIL, 2006, p.5).

É possível perceber que, apesar da docência ter prioridade nas atividades destinadas ao estágio, esta experiência formativa também encontra possibilidades de realização na gestão de processos educativos e da pesquisa e da experiência profissional em ambientes escolares e não escolares.

A Resolução CNE/CP nº 2/2019 evidencia retrocessos sobre o entendimento dos estágios nos cursos de licenciatura, especialmente, o curso de Pedagogia. Ao estabelecer que o estágio supervisionado, será pautado “[...] em situação real de trabalho em escola, segundo o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) da instituição formadora [...]” e no Art.7, inciso VIII define que a “[...]centralidade da prática por meio de estágios que enfoquem o planejamento, a regência e a avaliação de aula, sob a mentoria de professores ou coordenadores experientes da escola campo do estágio, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso (PPC)” (BRASIL, 2019).

Nesse sentido, Pimenta e Lima (2017), ao discutirem sobre o estágio em atividade não docente, realizado entre a sala de aula e os sistemas de ensino, destacam que o estágio nas salas de aula somente se constituirá em espaço de formação dos/as estagiários/as quando

considerar os determinantes pedagógicos e políticos que a condicionam para além daqueles característicos do ensino, e para isso, esse conhecimento precisa envolver o estudo, a análise, a problematização, a reflexão e a proposta de soluções as situações de elaborar, executar, ensinar, aprender e avaliar projetos de ensino, não apenas em salas de aula, mas também na escola e outros espaços educativos que as envolvem e determinam.

As autoras destacam, ainda, que o estágio em atividade deverá acontecer em sintonia com os conteúdos adquiridos em sala, já que as posturas pedagógicas e ações realizadas em sala pelos professores/as, estão, sobretudo, ligadas às decisões pedagógicas e administrativas do sistema de ensino (PIMENTA; LIMA, 2017).

É conveniente destacar que na DCNP 2006 e na Resolução CNE/CP nº 2/2019 (mesmo com todas as atrocidades), há um direcionamento para que o estágio seja realizado ao longo do curso, desde o início do curso, negando a dicotomia existente entre a teoria e a prática. Dessa maneira, a organização curricular do curso de Pedagogia poderá ser estruturada de modo que as disciplinas teóricas sejam desenvolvidas juntamente às disciplinas do estágio, sendo possível a reflexão da prática-teoria-prática na articulação destas atividades com aquelas.

Finaliza-se essa discussão fazendo uma relação ao PPC do curso de Pedagogia, Campus I, da UFPB, mas, antes, convém esclarecer que segundo a Resolução CNE/CP Nº 02/2015 (BRASIL, 2015), os cursos de formação de professores deveriam atualizar seu PPC em até dois anos após homologação (2017). Na UFPB, o atual PCC em vigência, aprovado em 2006 através da resolução CONSEPE/UFPB Nº 64/2006, não foi atualizado para as DCNs de 2015, sendo assim, a análise será realizada sobre o PPC em vigência.

Ao analisar, o atual PPC de graduação em Pedagogia, Licenciatura, do Centro de Educação, Campus I da UFPB, a autonomia pedagógica das instituições para a organização da estrutura do curso e da integralização de estudos foi respeitada. Porém, os objetivos do curso, as competências, habilidades e atitudes, o perfil profissional, atitudes e o campo de atuação profissional estão em conformidade com as DCNP, resultando a organização da estrutura do curso e da integralização de estudos.

A estrutura curricular do PPC está organizada em conteúdos básicos profissionais e complementares, desdobrados em componentes básicos profissionais e complementares (obrigatórios, optativos e flexíveis). Constituído em períodos letivos, funcionando nos turnos manhã, tarde e noite com duração mínima de 08 (oito) e máxima de 12 (doze) períodos para os turnos manhã e tarde, e mínima de 09 (nove) e máxima de 14 (quatorze) períodos, para o

turno noturno. Com regime acadêmico de créditos, em que a matrícula é permitida em, no mínimo, 12 (doze) créditos e, no máximo, em 28 (vinte e oito) créditos por período letivo (UFPB, 2006).

Além disso, é estabelecido apenas duas áreas de aprofundamento, sendo o magistério de jovens e adultos e o magistério da educação especial, também compreendendo, conforme as DCNP 2006, que o campo de atuação do licenciado em Pedagogia deve ser composto pelas seguintes dimensões (UFPB, 2006, p.04):

I – docência na Educação Infantil, nos anos iniciais do Ensino Fundamental, nas disciplinas pedagógicas do curso de Ensino Médio na modalidade Normal, na Educação de Jovens e Adultos, assim como em Educação Profissional, na área de serviços e apoio escolar, além de em outras áreas nas quais conhecimentos pedagógicos sejam previstos; II – gestão educacional, entendida numa perspectiva democrática, que integre as diversas atuações e funções do trabalho pedagógico e de processos educativos escolares e não-escolares, especialmente no que se refere ao planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação; III – produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional.

Relacionando com a atual Resolução CNE/CP nº 2/2019, como enfatizado anteriormente, os cursos de licenciatura serão pautados apenas na formação das competências e habilidades da BNCC. São um total de dez competências na BNCC, que se desdobram em competências específicas, na qual, abrangem três dimensões: o conhecimento profissional, a prática profissional e o engajamento profissional e para cada uma das competências específicas são listadas habilidades todas voltadas ao serviço funcional, tecnicista e engessado.

Sendo perceptível que o curso de Pedagogia deixará de ser um espaço de formação de educadores/as que pesquisam e estudam a prática pedagógica em busca da transformação do conhecimento e da aprendizagem do sujeito, para se tornar meramente, um curso de formação instrumental seguindo os conteúdos da BNCC.

Com relação ao estágio, na configuração do PPC (UFPB, 2006), o estágio supervisionado está incluído nos conteúdos básicos profissionais, sendo iniciado no 4º período no turno diurno ou no 5º período para o noturno e concluído no último período, realizados em períodos distintos e na seguinte sequência: estágio supervisionado I (gestão educacional); II (magistério da educação infantil); III (magistério do ensino fundamental); IV (magistério do ensino fundamental) e V (área de aprofundamento). Cada estágio tem 4 créditos e carga horária de 60 horas; totalizando 300 (trezentas) horas, conforme entendimento das DCNP.

Em se tratando da Resolução CNE/CP Nº2/2019 (BRASIL, 2019), houve mudanças que valem a atenção. Foram 800 horas de práticas pedagógicas, distribuídas em 400 horas de prática de estágio diretamente em escolas, limitando a apenas isso, não deixando espaço para outras áreas na qual PPC na IES julgue necessário e 400 horas para atender as práticas no que se refere aos grupos I e II, distribuídas desde o início do curso, mais uma vez, limitando a apenas isso, não havendo área de aprofundamento e não deixando em aberto a possibilidade do discente atuar em ensino, pesquisa e extensão, como acontece na CNE/CP Nº 02/2015.

A falta dessas possibilidades de atuação em ambientes participativos universitário, demonstra “[...] uma formação cujos arranjos são condizentes com a perspectiva de desapropriação de um profissional reflexivo, autônomo e atuante criticamente em seu contexto de trabalho” (BRANDT; HOBOLD; FARIAS, 2021, p 61).

O que remete a pensar que a formação docente de acordo com as políticas de formação e currículo atual, estão voltadas apenas a um docente que saiba ensinar os conteúdos e competências da BNCC, “[...]pois estes integram um sistema de políticas educacionais que são interdependentes, alinhados e padronizados” (REIS; GONÇALVES, 2020, p.158).

Ao apresentar as legislações que fundamentam o estágio nos cursos de licenciatura, compreende-se o estágio como um ato educativo supervisionado, orientado e fomentador da integração teoria-prática, da articulação entre os componentes curriculares previstos no PPC e da experiência prática para a aquisição de competências, saberes e habilidades para o exercício da docência na Educação Básica (MOREIRA et al., 2017).

Diante da atual resolução que rege os cursos de licenciatura, considera-se possível ampliar a discussão dos estágios na UFPB com vistas a contribuir para que as revisões dos PPCs de licenciatura ocorram de forma mais participativa e eficaz para a formação dos/as licenciados/as, com atuação para o magistério da educação básica, mas que a área de base teórica para os discentes que se interessam em outras áreas de atuação que diferem da docência, poderá deixar existir, mesmo que nas DCNs e DCNPs, haja a possibilidade dessa inclusão, mas torna-se necessário a garantia de maior organicidade institucional, administrativa e pedagógica, já que o estágio visa ser um agente integrador entre a educação superior e a educação básica, entre a universidade e a escola.

Esse cenário de retrocesso, tem provocado no Brasil inteiro a emergência de fóruns e de movimentos que possam traçar e problematizar alternativas institucionais e políticas também de resistência a essa ingerência autocrática do Conselho Nacional de Educação.

Uma dessas iniciativas é a Rede Nacional de Pesquisadores em Pedagogia (REPPED) que foi recentemente instituída e tem pautado um aspecto importante no debate sobre o curso de Pedagogia em nosso país, em busca de construir um currículo que possibilite aprendizagens “[...] que transcendam o uso instrumental do saber e busquem aportar condições intelectuais para que o(a) docente interprete e desenvolva capacidade de ação diante da complexa rede de fatores que atravessam os processos de ensino, objeto da Didática” (SEVERO; PIMENTA, 2020, p. 129).

2.4 Educação Não Escolar e Práticas Pedagógicas

Um dos fenômenos mais significativos dos processos sociais contemporâneos é a ampliação do conceito de educação e a diversificação das atividades educativas, levando, por consequência, a uma diversificação da ação pedagógica na sociedade (Libâneo, 2001, p.153).

A construção de práticas pedagógicas desenvolvidas para novos contextos sociais, amplia o sentido de educação e a escola deixa de ser o único local em que se desenvolve práticas pedagógicas e consequentemente a atuação do/a pedagogo/a se expande demandando um/a profissional cada vez mais apto/a para lidar com novos desafios e novos ambientes de trabalho.

A Educação Não Escolar (ENE) pode ser conceituada como uma categoria temática que abrange práticas educativas e se constitui em espaços, contextos e instituições distintas à escola, desenvolvidas em processos informais e não formais considerando os diversos níveis de inter-relações existentes entre esses modelos (SEVERO, 2015). A educação informal pode ser entendida por um processo de socialização na qual os indivíduos aprendem em espaços como a família, igreja, amigos, etc; carregada de valores e culturas próprias, de pertencimento e sentimentos herdados (GOHN, 2014). E a educação não formal “[...] se aprende "no mundo da vida", via os processos de compartilhamento de experiências, principalmente em espaços e ações coletivos cotidianas. [...] os indivíduos tem uma vontade, tomam uma decisão de realizá-la, e buscam os caminhos e procedimentos para tal” (GOHN, 2014, p.40).

Severo (2015) discute sobre o termo “sociedade pedagógica” baseado no autor Beillerot (1985), para identificar a natureza da sociedade contemporânea, considerando a conexão educativa presente nas relações sociais. Identifica que as práticas pedagógicas se expandiram para outros âmbitos institucionais fora dos ambientes das escolas, a partir do desenvolvimento econômico e político da sociedade – e das contradições produzidas por esse processo - demandando de Pedagogias e políticas próprias para estruturar ideais e métodos para formação dos sujeitos. O autor afirma que “o século 21 é cenário de novas configurações

pedagógicas que criam e recriam diferentes possibilidades de ensinar e aprender, tornando ainda mais complexo o significado e as formas de educação” (SEVERO, 2015, p.564).

Libâneo (2001, p.158) destaca que não há sociedade sem práticas educativas, uma vez que a Pedagogia “[...] diz respeito a uma reflexão sistemática sobre o fenômeno educativo, sobre as práticas educativas para poder ser uma instância orientadora do trabalho educativo. Ou seja, ela não se refere apenas às práticas escolares, mas há um imenso conjunto de outras práticas.”

A pedagogia tem como objeto de estudo a educação, não significa que esta ocorra apenas em sala de aula, “Todos os outros espaços, além da escola, produzem influências formativa sobre os sujeitos, produzem saberes, propõem comportamentos e valores, estimulam ações e pensamento” (FRANCO, 2008, p.80).

A autora argumenta que todas as práticas sociais exercidas, seja por meios de comunicação, instituições culturais, sociais, políticas, por organizações, recreações e diversos outros meios tecnológicos, possuem potencial educativo, mas que se não forem “pedagogizados”, ou seja, um exercício comprometido e intencional, deixam de estar contribuindo para uma formação ética e emancipatória dos sujeitos (FRANCO, 2008).

Severo (2015, p. 562) afirma que interessada pelo fenômeno educativo para além da sala de aula, a Pedagogia como ciência da educação,

[...] é um campo de conhecimento que deve assumir, a partir de diálogos interdisciplinares, posição de protagonismo na construção de referenciais teórico-metodológicos que possibilitem a potencialização de efeitos formativos decorrentes de práticas em espaços de ENE, convertendo-as em práticas pedagógicas.

Não se trata de uma desvalorização da docência, mas da valorização da prática pedagógica no sentido mais amplo, cuja docência está inserida, o que implica uma imensidão de ações pedagógicas que não ficam restritas apenas a escola. Visto que, a abrangência da Pedagogia é muito mais que apenas à docência. Um/a professor/a pode ser um/a pedagogo/a, mas nem todo/a pedagogo/a precisa ser professor/a. “Isso de modo algum leva a secundarizar à docência, pois não estamos falando de prioridades de campos científicos ou de atividade profissional, estamos falando de uma epistemologia do conhecimento pedagógico” (FRANCO; LIBÂNEO; PIMENTA, 2007, p.84).

Pedagogos/as atuam em diversos setores da sociedade como editoras, ONGs, brinquedotecas, centros de reabilitação de jovens e adolescentes, empresas, hospitais, em fóruns e tribunais de justiça, integrando as equipes técnicas ou multidisciplinares, planejando, elaborando, avaliando e desenvolvendo pesquisas e práticas educativas.

Ressalta-se a importância do caráter pedagógico da ENE, na qual se constitui como demanda histórica, afim de responder as necessidades decorrentes da complexidade em estrutura e comportamento das sociedades globalizadas, “[...] para a promoção de processos que potencializem a educabilidade humana em tempos nos quais as pessoas são confrontadas por múltiplas possibilidades e demandas de ensinar e aprender, de educar e de se educar” (SEVERO, 2018, p.03).

Considerando a ENE e conforme a pretensão desta pesquisa, que é identificar locais de estágios em ambientes diferentes da sala de aula, a assimilação e interpretação dos estudos acerca deste ponto, contribui para a percepção e direcionamento desta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa deve fazer parte de todo o processo educativo do ser humano, base de qualquer proposta emancipatória, não só como busca de conhecimento, mas como atitude política, uma vez que pesquisa é uma “[...] atitude processual de investigação diante do desconhecido e dos limites que a natureza e a sociedade nos impõem” (DEMO, 1996, p.16).

Do ponto de vista acadêmico, Gil (2008, p.26) define pesquisa como “[...] processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.” A pesquisa científica resulta de descobrimento e investigação a partir de um conjunto de processos metódicos de investigação utilizados para o desenvolvimento de um estudo e produção de conhecimento. “Pesquisar cientificamente significa realizarmos essa busca de conhecimentos, apoiando-nos em procedimentos capazes de dar confiabilidade aos resultados” (PRODANOV, FREITAS, 2013, p.44).

Partindo desse pressuposto de pesquisa, explicitaremos os procedimentos metodológicos utilizados na realização deste trabalho e os recortes de análise e interpretação em consonância com o objeto deste estudo e dos objetivos definidos pela pesquisa.

3.1 Abordagem da Pesquisa

A partir do objetivo proposto, foi desenvolvida uma pesquisa de abordagem qualitativa que, segundo Flick (2009), possui uma variedade de abordagens que buscam entender, descrever e explicar os fenômenos sociais, analisando experiências de indivíduos ou grupos, interações e comunicações que estejam se desenvolvendo e investigando documentos a partir da noção da construção social das realidades em estudo.

Minayo (2002) afirma que a pesquisa qualitativa corresponde a um espaço mais amplo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis e dedica-se ao universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes.

O percurso metodológico adotou o método exploratório, bibliográfico e documental, considerando alcançar os objetivos propostos. Exploratório, uma vez que envolve revisão bibliográfica, pesquisa documental e análise dos resultados alcançados a fim de estimular a compreensão, mas também, a finalidade básica de esclarecer, desenvolver e modificar conceitos e ideias para a formulação de abordagens futuras (GIL, 2008).

Gil (2008, p.51) enfatiza que a pesquisa documental se aproxima da bibliográfica, o que difere, é a natureza das fontes.

Enquanto a pesquisa bibliográfica se utiliza fundamentalmente das contribuições dos diversos autores sobre determinado assunto, a pesquisa documental vale-se de materiais que não receberam ainda um tratamento analítico, ou que ainda podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

Compreende-se que o método de análise documental é proveniente de dados obtidos por documentos, com o objetivo de extrair informações e de compreender um fenômeno. A pesquisa documental utiliza de métodos e técnicas para a apreensão, compreensão e análise de documentos mais variados. Além disso, uma pesquisa é caracterizada como documental quando essa for a usada como método autônomo e única abordagem qualitativa (KRIPKA, SCHELLER, BONOTTO, 2015).

Diante da abordagem e métodos utilizados, a pesquisa foi realizada no período entre outubro/novembro de 2021. A investigação foi realizada na CGE, vinculada à Pró-Reitoria de Graduação (PRG) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), por meio da análise documental dos Termos de Compromisso de Estágio (TCEs), buscando identificar estudantes que fazem ou já fizeram estágio não obrigatório em ambientes externos à sala de aula.

A discussão sobre a Pedagogia como ciência da educação, a ENE, o estágio como práxis educativa e os estudos sobre documentos oficiais e diretrizes que regulamentam o curso de Pedagogia e estágios no Brasil e na UFPB e a pesquisa realizada na Coordenação Geral de Estágio (CGE), foi pertinente para a compreensão bibliográfica e instigação documental desse trabalho.

3.2 Instrumentos para coleta e análise dos dados

Dada a impossibilidade de acesso ao arquivo físico da CGE, uma vez que necessita de um treinamento e acompanhamento para acesso aos documentos, o que foi dificultado devido à pandemia da COVID-19, os servidores do setor do arquivo da CGE estão trabalhando de forma híbrida. O recorte temporal da pesquisa, foi datado a partir da implantação do módulo estágio no Sistema Integrado de Gestão de Atividade Acadêmicas (SIGAA), habilitado a partir do segundo semestre de 2017, com o intuito de possibilitar o gerenciamento descentralizado das atividades de estágio e desburocratizar o acesso às informações acerca de convênios, ofertas, seguro de estágio, celebração dos TCEs e relatórios e certificações dos estágios (UFPB, 2017). Anteriormente, essas atividades eram realizadas presencialmente, apenas, na antiga Coordenação de Estágio e Monitoria (Atual CGE).

Para acesso aos dados, o contato inicial foi realizado com a técnica em assuntos educacionais do setor que, muito atenciosamente, explicou todos os procedimentos a serem

realizados. Foi necessária a solicitação para pesquisa na CGE (Anexo A), cuja autorização foi concedida, solicitamente, pela coordenadora do setor, em tempo hábil. O estágio que a pesquisadora realizou no setor também auxiliou na busca dos dados, pela familiaridade de acesso à plataforma.

Foram necessárias cinco visitas à coordenação para a realização da pesquisa. A técnica em assuntos educacionais acessava o SIGAA na aba “consultar estágios” e refinávamos a busca pelos seguintes critérios: estágios não obrigatórios; período de 2017 a 2021, curso de Pedagogia (licenciatura) – João Pessoa; estágios ativos, concluídos e cancelados (principalmente para o ano de 2020 que a maioria dos estágios foram encerrados devido a pandemia). Na perspectiva da análise categorial (BARDIN, 2010), foram constituídas quatro categorias relativas a/ao:

- a) participação da rotina administrativa do local do estágio;
- b) apoio técnico-pedagógico;
- c) estudo e produção pedagógica;
- d) espaço do estágio.

Sendo assim, a investigação empírica desse estudo se pautou em TCEs do ano de 2017 até o ano de 2021, sob o propósito de analisar as atividades propostas nos TCEs não obrigatórios internos ou externos à UFPB de estudantes do curso de Pedagogia – Campus I, em espaços distintos da sala de aula.

Diante do objetivo proposto, foram extraídos 46 corpos documentais, de um total de 264 TCEs com status concluído, ativo e cancelados distribuídos nos cinco anos pesquisados, representados no quadro a seguir:

Quadro 1 – TCEs analisados

Ano	Total de TCEs	TCEs em espaços de sala aula	TCEs delimitados
2017	14	14	0
2018	72	59	13
2019	98	78	20
2020	47	44	3
2021	33	24	9

Fonte: CGE/PRG/UFPB, 2021.

O estágio em atividade não docente possibilita ao estudante de Pedagogia a inserção em outros âmbitos pedagógicos também importantes para sua formação e na construção de sua identidade profissional. O estágio é um momento de formação no qual se privilegiam

aspectos básicos como o contato com um cenário profissional real e o encontro, com si próprio, sua identidade, com a teoria, com as expectativas, com a profissão (ZABALZA, 2014).

Para o curso de Pedagogia, como descrito no PPC, o/a pedagogo/a estará apto a atuar na área de gestão educacional (única área que não abrange diretamente a sala de aula), com foco em atividades de

[...] planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação (UFPB, 2006, p.4).

A partir dos procedimentos metodológicos aqui apresentados, o próximo capítulo apresentará e discutirá o processo analítico configurado a partir do tratamento do material coletado, afim de explorar sobre as práticas pedagógicas exercidas nos TCEs localizados na pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO

4.1 O estágio não obrigatório em atividades não docentes

[...] o locus do estágio estende-se para além do espaço escolar e da sala de aula, configurando uma possibilidade de leitura de mundo, conforme Freire [...] que trata da leitura crítica da realidade, da percepção do que acontece no contexto, para que se possa fazer uma reinterpretação dessa realidade [...] (PIMENTA; LIMA, 2017, p.141;145).

O estágio abrange diversas dimensões no desenvolvimento acadêmico do estudante, seja a de ensino-aprendizagem, de convivência com futuros colegas de trabalho e, principalmente, de identificação com sua futura profissão. O Estágio necessita ser transposto pela curiosidade, pelo desejo de aprender e pela postura problematizadora e crítico-reflexiva e se constituir como aproximação com a realidade de exercício da profissão (FREITAS; COSTA; LIMA, 2017).

Além disso, é necessário compreender o estágio como atividade de produção de saber, como práxis educativa, pois, “[...] o estágio não é atividade prática, mas teórica, instrumentalizadora da práxis docente, entendida esta como atividade de transformação da realidade” (PIMENTA; LIMA, p.36).

Nesse sentido, a práxis pode ser compreendida como a estreita relação na qual se estabelece entre o modo de interpretar a realidade e a vida e a consequente prática que decorre desta compreensão levando a uma ação transformadora, mediada por uma crítica-reflexiva, de análise e sistematização das ações desenvolvidas, visto que “a práxis educativa, objeto da ciência pedagógica, caracteriza-se pela ação intencional e reflexiva de sua prática” (FRANCO, 2008, p. 83).

Ressalta-se, ainda, que o estágio se caracteriza como campo do conhecimento e que o discente deve encará-lo como atitude investigativa, na qual ele é também um pesquisador, pois intervém na realidade do espaço no qual atua na medida em que produz saberes (PIMENTA; LIMA, 2017).

É importante esclarecer que Pimenta e Lima (2017) se referem ao campo do estágio curricular supervisionado, entretanto, as afirmativas abarcam aspectos inerentes à relação do discente com o campo de estágio, seja ele obrigatório ou não. O estágio não obrigatório se caracteriza por ser uma opção que emerge da livre adesão do discente, seja por questões financeiras e/ou no sentido de ampliar seus conhecimentos e habilidades para sua formação, mas que pode se tornar um diferencial em sua formação, visto que “o estágio integra-se no campo profissional como um momento e um recurso importante na formação de nossos estudantes” (ZABALZA, 2014,p.97).

Os 46 TCEs delimitados a partir do objetivo da pesquisa foram realizados em instituições públicas e privadas da cidade de João Pessoa. Tais documentos foram organizados e distribuídos por locais de oferta de estágio, ano de início e frequência por ano, conforme o quadro a seguir:

Quadro 2 – Ofertas de estágios em espaços fora de sala de aula

Unidade concedente	Período e quantitativos de estágios			
	2018	2019	2020	2021
Universidade Federal Da Paraíba	10	11	2	7
Centro de Integração Empresa Escola	2	3	0	2
Defensoria Pública da Paraíba	1	0	0	0
Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba	0	2	0	0
Associação de Pais e Amigos do Autistas da Paraíba	0	1	0	0
Serviço Social do Comércio	0	1	0	0
Super Estágios	0	1	0	0
Instituto Federal da Paraíba	0	1	1	0

Fonte: CGE/PRG/UFPB, 2021.

Não foi encontrado nenhum estágio em ambientes diferentes da sala de aula no ano de 2017 de um total 14 em sala de aula. Acredita-se que por ser o ano de implementação do módulo de estágio no SIGAA, os estágios em vigência à época não foram inseridos.

É possível observar que o local que mais ofertou estágios foi a UFPB. Mesmo sendo uma instituição de ensino, os estágios foram realizados em setores administrativos da Universidade, distribuídos em laboratórios de informática, direção de centros, Pró-Reitorias, brinquedotecas e coordenações dos cursos, voltadas para área de atuação diferente à da sala de aula, como a gestão e a pesquisa, especialmente no que se refere ao

[...] planejamento, à administração, à coordenação, ao acompanhamento, à avaliação de planos e de projetos pedagógicos, bem como análise, formulação, implementação, acompanhamento e avaliação de políticas públicas e institucionais na área de educação [...] e à produção e difusão do conhecimento científico e tecnológico do campo educacional (UFPB, 2006, p.4).

Por gestão, entende-se o processo de mobilização e coordenação do esforço humano, coletivamente organizado, de modo que as pessoas trabalhem em equipe, para alcançar os resultados desejados. Luck (2009, p. 24) afirma que a gestão escolar constitui dimensões e enfoques para atuação em educação “[...] que objetiva promover a organização, a mobilização

e a articulação de todas as condições materiais e humanas necessárias para garantir o avanço dos processos socioeducacionais dos estabelecimentos de ensino[...].”

Aspectos financeiros, administrativos, acadêmicos, pedagógicos, englobam a gestão escolar associando ao trabalho da direção escolar, da coordenação pedagógica, da orientação educacional e da secretaria escolar, a partir de dimensões da gestão democrática e participativa; gestão de pessoas; gestão pedagógica; gestões da cultura escolar; gestão do cotidiano escolar; gestão administrativa (LUCK, 2009).

A gestão administrativa se situa no contexto de um conjunto interativo de várias outras dimensões da gestão, de modo que articula diferentes aspectos da realidade e objetivos gerais da educação e do projeto pedagógico escolar e a associação desses objetivos com o uso educacional de espaços, bens materiais e físicos e recursos financeiros, voltados para a sua realização. Além disso, envolve “[...] a organização dos registros escolares; a utilização adequada das instalações e equipamentos; a preservação do patrimônio escolar; a interação escola/comunidade e a captação e aplicação de recursos didáticos e financeiros [...] (LUCK, 2009, p. 107)”.

Com base nesse excerto, compreende-se que, apesar da abordagem ter sido da gestão educacional, o processo de gerir qualquer espaço educativo, necessita abranger aspectos e dimensões que articulam desde a gestão de pessoas até procedimentos mais burocráticos, visando o objetivo maior em um ensino de qualidade.

O/a pedagogo/a pode atuar na gestão em espaços escolares e não escolares, trabalhando com a equipe diretiva ou como integrante de equipe pedagógica, envolvendo-se em processos de planejamento, elaboração, implantação e acompanhamento de atividades educativas. O trabalho implica desde a coordenação até a avaliação de tarefas próprias da área da educação, projetos e experiências educativas. Os percursos formativos para os estudantes de Pedagogia, precisam abordar a Educação em seus diversos âmbitos, desde o espaço educacional aos ambientes externos a sala de aula e o estágio é um processo formativo importante.

Direcionando o olhar novamente para a análise do corpus documental, verificou-se, também, que a maioria dos estágios realizados na UFPB foram em ambientes de sala de aula, voltadas diretamente ao processo de ensino-aprendizagem na Escola de Educação Básica da Universidade, totalizando 38 TCEs, para 30 estágios realizados nos setores mencionados.

CIEE e Super Estágios são agentes de integração de estágio, funcionam para conectar estagiário/a ao-concedente de estágio, realizando desde divulgação de ofertas de estágios e

seleção dos discentes para estagiar ao tramite de documentação do TCE. Porém, a maioria dos estágios apresentadas nesses locais foram realizados diretamente na empresa de agência de integração, um total de 5 TCEs. Os outros dois estágios foram realizados no Tribunal de Justiça da Paraíba (TJPB) e no Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). Porém, apesar do TJPB ser uma instituição não escolar, a partir da análise no TCE, foi constatado que o estágio realizado era voltado a práticas docentes.

4.2 Propostas de práticas de estágio em atividades não docentes

Para a análise desses TCEs, verificou-se as atividades planejadas e as categorias de acordo com sua natureza, buscando verificar como estavam sendo previstas as atividades, seus objetivos, suas prioridades e a sistemática de vivência, desmembrando-as em atividades correlatadas distribuídas em três categorizações: as relacionadas à rotina do estágio, apoio técnico-pedagógico e ao estudo/produção acadêmica, que serão apresentados a seguir.

Para análise dos dados, convém ressaltar, com Gandin (2001, p.83), que:

[...] é impossível enumerar todos os tipos e níveis de planejamento necessários à atividade humana. Sobretudo porque, sendo a pessoa humana condenada, por sua racionalidade, a realizar algum tipo de planejamento, está sempre ensaiando processos de transformar suas ideias em realidade.

As atividades não docentes, são caracterizadas pela abordagem de práticas pedagógicas em espaços fora do ambiente de sala, seja em espaços escolares e não escolares para a atuação do/a pedagogo/a. Como afirma Libâneo, o/a profissional da Pedagogia que atua nesses outros espaços não é docente, na maioria dos casos, cabendo-lhe a designação de pedagogo/a strictu senso.

Além disso, informar as mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental, nos serviços de lazer e animação cultural, nos movimentos sociais, nos serviços para a terceira idade, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia, nos programas sociais, na televisão e na produção de vídeos e filmes, nas editoras, na educação especial, na requalificação profissional etc (LIBÂNEO, 2001, p.164).

Vale ressaltar a importância da formação do curso de Pedagogia que contemple as diversas atuações em que pedagogos/as podem se inserir, para que se construa uma formação articulada nas dimensões epistemológicas, disciplinar e prática da Pedagogia, formando pedagogos/as em teoria, cientificidade, ética e técnica em aprofundamento teórico pedagógico, na pesquisa educacional e no exercício de atividades pedagógicas específicas (FRANCO, 2008).

Visto que serão analisadas propostas de atividades para a realização dos estágios, esse planejamento de atividades pode ter sido alterado durante o desenvolver do estágio, surgindo novas demandas ou não trabalhadas algumas elencadas, uma vez que “o planejamento,

enquanto processo, é permanente. O plano, enquanto produto é provisório” (VASCONCELLOS, 2008, p.80). Nesse sentido, Libâneo (2013, p.247) reitera que “para que os planos sejam efetivamente instrumentos para a ação, devem ser como um guia de orientação e devem apresentar ordem sequencial, objetividade, coerência, flexibilidade”.

Articular rotinas, conhecimentos e habilidades nos estágios contribuirá para futura inserção no campo de atuação profissional. Com relação à participação na rotina administrativa em estágio de atividade não docente, foram destacadas as seguintes atividades:

Quadro 3 – Rotina Geral dos Estágios

Rotina geral dos estágios	
Local	Atividades propostas
Universidade Federal Da Paraíba	Organização do acervo da biblioteca; auxiliar nas atividades administrativas do setor; atendimento ao público da comunidade acadêmica: estudantes, docentes e técnicos; participar em atividades ligadas ao SIGAA; envio e acompanhamento de mensagens do e-mail da secretaria; apoiar a Equipe Técnica na organização dos arquivos e registros; receber documentos, acompanhar entradas e saídas de arquivos, arquivar e editar documentos.
Centro de Integração Empresa Escola	Auxiliar no atendimento ao público; acompanhar e colaborar em reuniões periódicas com pais, nas Unidades de Operação/CIEE; registrar dados em planilhas para consulta administrativa; auxiliar na inserção, atualização e manutenção dos dados referentes aos aprendizes na Plataforma Micro Power;
Defensoria Pública da Paraíba	Auxiliar na Ouvidoria Geral sob supervisão da ouvidora no atendimento pessoal da sociedade civil; auxiliar nas demandas administrativas da Ouvidoria Geral.
Associação de Pais e Amigos do Autistas da Paraíba	Organização da sala de atendimento; tirar dúvidas sobre os programas de ensino; identificar folhas de registro que serão utilizadas no atendimento;
Serviço Social do Comércio	Cooperar com o funcionário da secretaria; participar de reuniões periódicas com os coordenadores técnicos responsáveis pelas atividades; atendimento aos pais e alunos para encaminhamentos da coordenação;
Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba	Atendimento ao público, participação e elaboração de documentos para uso do setor;
Super Estágios	Monitorar, levantar e realizar cadastro dos novos empregados dentro do Sistema Gestão de Pessoas; imprimir pareceres e currículos, realizar agendamento das entrevistas com os candidatos e gestores envolvidos, reportar feedback para os participantes; escanear lista de presença, provas/trabalhos, atividades e investimentos e salvar dentro da turma de cada curso realizado.
Instituto Federal da Paraíba	atender as demandas dos campi;
Instituto Nacional do Seguro Social	Atendimento ao público e acompanhamento dos processos administrativos;

Fonte: CGE/PRG/UFPB, 2021.

Diante da análise dos planos de atividades elencadas nos TCES, identifica-se que os estágios foram realizados em setores administrativos e de gestão institucional, com

atendimento ao público, auxílio ao setor determinado em diversas atividades, dentre outras destacadas.

É possível perceber que algumas atividades propostas para os estagiários divergem do contexto formativo da maioria dos estudantes do curso de Pedagogia em função do pressuposto da docência como base de formação, o que remete ao questionamento sobre até que ponto esse estágio potencializa o desenvolvimento de saberes e habilidades pedagógicas. Mesmo sendo um estágio não relacionado à prática docente, para a prática pedagógica na ENE devem ser considerados a escolha de métodos e materiais necessários a operacionalização dos processos pedagógicos que atuem como elemento mediador da realização como atividade humana em múltiplos contextos (SEVERO, 2015).

[...] caso a especificidade do cenário e das circunstâncias que atravessam a prática fosse descaracterizada, tal processo poderia ser considerado como ilegítimo e perderia a capacidade de impactar efeitos formativos pretendidos pela mediação dos educadores (SEVERO, 2015, p.573)

As atividades propostas que destoam dos objetivos da formação do estudante de Pedagogia, remete ao questionamento feito por Zabalza (2014, p.219), de que a realização de tarefas alheias ao perfil profissional do estudante, ou seja, irrelevantes para a profissão no qual se prepara, “[...] a desculpa habitual de que aqui “todos temos que fazer de tudo” vale como justificativa ocasional, mas não pode se transformar em uma regra permanente.”

Porém, compreende-se que essas diferentes práticas são também formativas para o/a estudante por proporcionarem a aquisição de habilidades comunicativas, o uso de tecnologias, de catalogação de dados, de registros e algumas atividades administrativas. Assim, são pertinentes para o enriquecimento da experiência formativa e na oportunidade ampliar aprendizados em situações próprias da profissão para a qual se prepara (ZABALZA, 2014).

Diante dessa consideração, surge uma outra categorização a partir das propostas das práticas a serem realizadas no estágio, sobre o apoio técnico pedagógico a serem realizadas pelos discentes nesses estágios, que estão elencadas no quadro abaixo:

Quadro 4 – Apoio técnico pedagógico

Apoio técnico pedagógico	
Local	Atividades propostas
Universidade Federal Da Paraíba	Auxiliar na coleta de dados para a autoavaliação institucional; acompanhamento das avaliações de curso pelo MEC; assessorar as atividades lúdicas e de acompanhamento cognitivo das crianças; auxílio ao trabalho pedagógico da direção de ensino; planejamento e avaliação das atividades de estágio e monitoria na UFPB; auxiliar na elaboração de registros da prática pedagógica; elaborar, acompanhar e avaliar as ações pedagógicas desenvolvidas junto aos estudantes com deficiência da UFPB; organizar, promover e estimular a realização de pesquisas na área da inclusão e acessibilidade pedagógica;

Centro de Integração Empresa Escola	Organizar o material didático e os recursos instrucionais utilizados nos encontros; participar do planejamento de atividades pedagógicas que estejam em sintonia com o conteúdo para enriquecimento do programa;
Defensoria Pública da Paraíba	Participar da elaboração de projetos junto à Ouvidoria Geral; executar os projetos e divulgar campanhas em escolas, presídios e espaços onde hajam representantes da sociedade civil;
Associação de Pais e Amigos do Autistas da Paraíba	Dar sugestões e ideias pedagógicas as coordenadoras sobre os programas de ensino;
Serviço Social do Comércio	Participar do planejamento das atividades da escola; auxiliar na aplicação do processo das avaliações escolares; auxiliar a coordenação pedagógicas nas demandas necessárias.
Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba	Construção de instrumentos de pesquisa; elaboração de questionários de sondagem; diagnóstico institucional e avaliação.
Super Estágios	Montar e enviar farol de acompanhamento dos cursos EAD; separar, preparar e organizar material para as ações educacionais;
Instituto Federal da Paraíba	Análises dos processos pedagógicos; organizar e auxiliar na análise dos processos dos PPC; análise de PPP's;
Instituto Nacional do Seguro Social	Participar do planejamento e preparação dos eventos; auxiliar na elaboração de registros da pedagógicos;

Fonte: CGE/PRG/UFPB, 2021.

Diante do exposto, constata-se que as atividades técnico-pedagógicas estão, formalmente, alinhadas com o curso de Pedagogia, pois se propõem a oportunizar aos discentes o envolvimento em atividades que auxiliam na aprendizagem e conhecimento pedagógico, na participação de atividades da gestão dos processos educativos, no planejamento, acompanhamento e auxílio na execução de projetos e programas educacionais (UFPB, 2006). Isso nos remete a importância do estágio para a identidade profissional, por ser um lugar de reflexão sobre a construção e o fortalecimento da identidade durante o processo de formação, reconhecendo os conhecimentos, saberes, habilidades, posturas e o compromisso profissional, é no estágio que se trabalha a identidade em formação definido pelos saberes (PIMENTA; LIMA, 2017).

Saviani (2005, p.107) destaca que,

Quando entendermos que a prática será tanto mais coerente e consistente, será tanto mais qualitativa, será tanto mais desenvolvida quanto mais consistente, e desenvolvida for à teoria que a embasa, e que uma prática será transformada à medida que exista uma elaboração teórica que justifique a necessidade de sua transformação e que proponha as formas da transformação, estamos pensando a prática a partir da teoria.

Isto posto, coaduna-se com as proposições de Pimenta e Lima (2017) quando propõem que o estágio, “[...] em seus fundamentos teóricos e práticos, seja esse espaço de diálogo e de lições, de descobrir caminhos, de superar os obstáculos e construir um jeito de caminhar na

educação de modo a favorecer resultados de melhores aprendizagens dos alunos” (PIMENTA; LIMA, 2017, p. 117).

A fim de que a Pedagogia possa se assumir também “como uma ciência que não apenas pensa e teoriza as questões educativas, mas que organiza ações estruturais, que produzam novas condições de exercício pedagógico, compatíveis com a expectativa da emancipação da sociedade”, tal qual descreve Franco (2008, p. 73), a Pedagogia, deve transitar em espaços e movimentos democráticos, participativos e inclusivos, com a finalidade de transformação crítico-reflexivo da práxis educativa.

Concernente ao estudo e produção acadêmica, os planos de atividades para os estágios abordaram desde a produção de materiais para uso no dia a dia do estágio, quanto para a produção de trabalhos para serem apresentados em congressos, como exposto no quadro a seguir.

Quadro 5 – Estudo/Produção Acadêmica

Estudo/Produção Acadêmica	
Local	Atividades Propostas
Universidade Federal Da Paraíba	Participar das pendências em relação às cadernetas, históricos; mapear as políticas acadêmicas de acessibilidade e inclusão frente ao processo formativo discente e docente; auxiliar na elaboração de relatórios; produzir e publicar artigos; elaboração de documentos, como ofícios, declarações, relatórios, certidões e atas
Centro de Integração Empresa Escola	Participar do processo de Formação contínua de instrutores de aprendizagem de forma presencial e a distância;
Defensoria Pública da Paraíba	Participar de ações/ reuniões com representantes dos movimentos sociais do Estado a Paraíba.
Associação de Pais e Amigos do Autistas da Paraíba	Colocar os dados das tentativas dos programas de ensino no gráfico; discussão de textos teóricos; elaboração/organização de material.
Serviço Social do Comércio	Digitar projetos, relatórios e demais documentos da área; elaboração de planilhas; tratamento dos dados; tabulação dos dados;
Secretaria de Desenvolvimento Humano da Paraíba	Revisão bibliográfica, documental; leitura dos PPPI e dos RI da FUNDAC; análise documental.
Super Estágios	Auxiliar na elaboração de relatórios e planilhas para os cursos.
Instituto Federal da Paraíba	Elaboração de relatórios e planilhas; produções acadêmicas a partir do estágio para apresentação.
Instituto Nacional do Seguro Social	Auxiliar na elaboração de relatórios;

Fonte: CGE/PRG/UFPB, 2021.

Isto posto, destaca-se alguns dos elementos que compõem a partir das atividades solicitadas. Observa-se que a maioria das atividades realizadas ressaltam a participação da

elaboração de recursos pedagógicos e de regulamentações inerentes ao setor do estágio, além de desenvolver aprendizagens necessárias ao pedagogo/a, contemplando a elaboração de materiais didáticos e de políticas/regulamentações institucionais, que se farão exigir como estudantes de graduação e futuros/as profissionais.

Porém, a produção acadêmica de artigos e pesquisas para a formação do graduando/a, foram pouco mencionados nos planos de atividades, fazendo alusão apenas em um estágio na UFPB que considerou a produção e publicação de artigo para prática do estágio. Partindo da premissa defendida pelas autoras Pimenta e Lima (2017, p. 39-40)

[...]a ampliação e análise dos contextos nos quais os estágios se realizam[...] exprime-se na possibilidade de os estagiários desenvolverem postura e habilidades de pesquisador a partir das situações estágio, elaborando projetos que lhes permitam ao mesmo tempo compreender e problematizar as situações que observam.

Dessa forma, o estágio pode se configurar um espaço de pesquisa e produção, a partir da problematização das situações, das atividades e aprendizagens desenvolvidas, possibilitando assim a visão de um profissional crítico-reflexivo e pesquisador.

Mas também de aprendizagens, em que se atravessa questões além do estabelecido pelo curso, proporcionando conjuntamente uma formação pessoal para o sujeito, desde a interação com outros, as atividades realizadas no estágio e a forma em que o discente participa dele, a partir de suas expectativas prévias, de adaptação a novas situações e de disposição em transformar a experiência em momento significativo em suas aprendizagens (ZABALZA,2014).

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das discussões tecidas ao longo deste trabalho, no intuito de analisar e discutir a importância do estágio não obrigatório no processo de formação dos/das estudantes de Pedagogia da UFPB/ Campus I em espaços diferentes da sala de aula, concluímos que esse tipo de estágio ainda é um desafio a ser superado, visando as lacunas na formação do estudante de graduação para demais áreas de atuação na Pedagogia.

O arcabouço teórico foi estruturado para a ressignificação do sentido científico do curso de Pedagogia como Ciência da Educação, da BNC e a divergência com as DCNs e o estágio como práxis educativa, tendo como norte a Educação Não escolar, a partir das contribuições dos autores Pimenta e Lima(2017), Zabalza (2014), Severo (2015;2017;2018), Franco (2008), Libâneo (2001;2012), Pinto (2011), que orientaram a discussão e o aporte teórico da pesquisa.

Retomando a problemática inicialmente elencada acerca dos âmbitos que têm sido objeto de estágio não obrigatório no curso de Pedagogia e quais as aprendizagens que o discente adquire para a sua formação, foi possível ter clareza sobre quais atividades são realizadas nos estágio não obrigatórios em espaços fora de sala de aula que permitam ao estudante de Pedagogia práticas formativas diversificadas para além da docência, mesmo diante de impasses com relação a quantidade de estágios e algumas atividades não serem condizentes com a graduação em Pedagogia

Os objetivos traçados na elaboração deste trabalho foram atendidos, uma vez que foram investigados os termos de compromisso de estágio e identificados se as atividades elaboradas tinham relação com o PPC do curso de Pedagogia e as contribuições que os mesmos trazem para o curso. Os resultados desta investigação permitem ainda colaborar com a discussão acerca da formação do pedagogo/a para atuar em espaços não escolares e fomentar políticas públicas que de fato correspondam à formação que, na contemporaneidade, se faz necessária ao profissional de Pedagogia.

Contraditoriamente, no curso de Pedagogia da UFPB, a única disciplina que visa ambientes diferentes da sala de aula, é a de estágio em gestão educacional, não havendo nenhuma outra disciplina obrigatória ou optativa para espaços não escolares. O curso tem a formação demasiadamente voltada para o trabalho docente, entendido como magistério, atribuindo uma ênfase menor ao trabalho pedagógico que se desenvolve em diversos espaços educativos, centrada na docência e não na Pedagogia como ciência da práxis educativa. Ressalta-se que o/a pedagogo/a deve conhecer esses campos de atuação por meio das

experiências, seja no estágio, na pesquisa, na extensão e disciplinas desenvolvidas no decorrer da sua formação acadêmica.

Os estágios não obrigatórios tem sido um dos processos formativos que suprem ausências e deficiências que alguns cursos apresentam ao longo da formação. Sendo assim, constata-se que esses estudos podem ser contemplados como mais uma possibilidade de refletir a atualização dos PPCs das licenciaturas, sobretudo ao considerarmos o contexto atual entre as DCNs e BNC – formação.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: Edições 70; LDA, 2009.

BEILLEROT, J. **A sociedade pedagógica**. Porto: Rés, 1985.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 1, de 15 de maio de 2006**. Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Graduação em Pedagogia, licenciatura. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rcp01_06.pdf>. Acesso em: 02 jul. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.788, de 25 de setembro de 2008**. Dispõe sobre o estágio de estudantes e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, 26 de set. 2008. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11788.htm. Acesso em 08 jul. 2021.

BRASIL. **Resolução CNE/CP Nº 2, de 01 de julho de 2015**. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada. Brasília, DF, 2015. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=17719-res-cne-cp-002-03072015&category_slug=julho-2015-pdf&Itemid=30192. Acesso em 26 de jun. 2021.

BRASIL. **Ministério de Educação e do Desporto**. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP n. 02/17. Base Nacional Comum Curricular. Brasília-DF, 2017. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/historico/RESOLUCAOCNE_CP222DEDEZE MBRODE2017.pdf. Acesso em 30 jun. 2021.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. **Parecer CNE/CP nº 2/2019**. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação Inicial de Professores para a Educação Básica e institui a Base Nacional Comum para a Formação Inicial de Professores da Educação Básica (BNC-Formação). Brasília-DF, 2019. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/docman/dezembro-2019-pdf/135951-rcp002-19/file>>. Acesso em: 02 jul. 2021

BRANDT, Andressa Grazielle; DE SOUZA HOBOLD, Márcia; DE FARIAS, Isabel Maria Sabino. **CURSO DE PEDAGOGIA EM CENÁRIO DE (CONTRA) REFORMA**. Revista Formação em Movimento, v. 3, n. 5, p. 50-70, 2021. Disponível em: <http://costalima.ufrrj.br/index.php/FORMOV/article/view/660>. Acesso em: 28 jul. 2021.

BURIOLLA, Marta A. **O Estágio Supervisionado**. São Paulo: Cortez, 1999.

DA SILVA REIS, Graça Regina Franco; GONÇALVES, Rafael Marques. **Base Nacional Comum de Formação de Professores da Educação Básica: dilemas, embates e pontos de vista**. Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB, 2020. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1496>. Acesso em 28 jul. 2021.

DEMO, Pedro. **Pesquisa: princípio científico e educativo**. 2. Ed. São Paulo: Cortez: autores associados, 1996.

FLICK, Uwe. **Desenho da pesquisa qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, Maria Amélia do Rosário Santoro. **Pedagogia como ciência da educação**. Cortez, 2008.

FRANCO, Maria Amélia Santoro; LIBÂNEO, José Carlos; PIMENTA, Selma Garrido. **Elementos para a formulação de diretrizes curriculares para cursos de pedagogia**. Cadernos de Pesquisa, v. 37, p. 63-97, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cp/a/K99f5qvQYMYfy9WPdHMPP3D/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 jul. 2021.

FREIRE, Paulo. **Ação cultural: Para a liberdade e outros escritos**. Editora Paz e terra, 2014.

FREITAS, Bruno Miranda; DA SILVA COSTA, Elisangela André; LIMA, Maria Socorro Lucena. **O estágio curricular supervisionado e construção da profissionalidade docente**. Revista Expressão Católica, v. 6, n. 1, p. 36-42, 2018. Disponível em: <http://reservas.fcrs.edu.br/index.php/rec/article/view/2090>. Acesso em: 30 jul. 2021.

GANDIN, Danilo. **Posição do planejamento participativo entre as ferramentas de intervenção na realidade**. Currículo sem Fronteiras, v.1, n. 1, jan./jun., pp. 81-95, 2001. Disponível em: <https://www.curriculosemfronteiras.org/vol1iss1articles/gandin.pdf>. Acesso em: 15 set. 2021.

GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, aprendizagens e saberes em processos participativos**. Investigar em educação, v. 2, n. 1, 2014. Disponível em: <http://pages.ie.uminho.pt/inved/index.php/ie/article/view/4>. Acesso em: 08 set. 2021

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6^a. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

KRIPKA, Rosana; SCHELLER, Morgana; BONOTTO, Danusa Lara. **Pesquisa Documental: considerações sobre conceitos e características na Pesquisa Qualitativa**. CIAIQ2015, v. 2, 2015.

LIBÂNEO, José Carlos. **Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas**. Educar, Curitiba, nº17, p. 153-176, 2001. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/xrmzBX7LVJRY5pPjFxxQgnS/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 14 abr. 2021.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira. TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. São Paulo: Cortez, 2012

LÜCK, Heloísa et al. **Dimensões da gestão escolar e suas competências**. Curitiba: Editora Positivo, v. 1, 2009.

MINAYO, Cecília de Souza. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 16^a edição. Petrópolis: RJ. Vozes, 2000.

MOREIRA, Alan Leite et al. **O estágio de estudantes de pedagogia: a experiência para além da sala de aula**. 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/tede/9329>. Acesso em: 02 ago. 2021.

PIMENTA, Selma Garrido. **O estágio na formação de professores: unidade, teoria e prática?**. 11. ed. - São Paulo: Cortez, 2012.

PIMENTA, Selma Garrido; LIMA, Maria Socorro Lucena. **Estágio e docência**. Cortez Editora, 2017.

PIMENTA, Selma Garrido; PINTO, Umberto de Andrade; SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **A Pedagogia como locus de formação profissional de educadores (as): desafios epistemológicos e curriculares**. *Práxis Educativa* (Brasil), v. 15, p. e2015528, 2020. Disponível em: <https://www.redalyc.org/jatsRepo/894/89462860051/89462860051.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2021.

PINTO, Umberto de Andrade. **Pedagogia escolar: coordenação pedagógica e gestão educacional**. São Paulo: Cortez, 2011.

PRODANOV, Cleber Cristiano; DE FREITAS, Ernani Cesar. **Metodologia do trabalho científico: métodos e técnicas da pesquisa e do trabalho acadêmico-2ª Edição**. Editora Feevale, 2013.

SAVIANI, Dermeval. **Pedagogia histórico crítica: primeiras aproximações**. 9. ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2005.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Educação não escolar como campo de práticas pedagógicas**. *Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos*, v. 96, p. 561-576, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbeped/a/SgHzCz9mYprkCV6RtTR368v/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Sobre pedagogia e pedagogos em espaços não escolares: apontamentos desde uma síntese de investigação empírica**. *Perspectiva*, v. 35, n. 3, p. 978-995, 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795X.2017v35n3p978>. Acesso em: 16 mar. 2021.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Perspectivas curriculares sobre a formação do pedagogo para a educação não escolar**. *Educação em Revista*, v. 34, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edur/a/h8tkMFRbkwbFMmmJzB9qp3K/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 25 ago. 2021.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima. **Pedagogia Jurídica no Brasil: Questões teóricas e práticas de um campo em construção**. Centro de Educação – UFPB. Youtube, 31 ago. 2021. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=GKcfJRzGXno&t=3s>. Acesso em 31 ago. 2021.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; PIMENTA, Selma Garrido. **A Pedagogia entre o passado e a contemporaneidade: apontamentos para uma ressignificação epistemológica**. *Revista Inter Ação*, v. 40, n. 3, p. 477-492, 2015. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/interacao/issue/view/1670>. Acesso em 28 de agosto de 2021.

SEVERO, José Leonardo Rolim de Lima; PIMENTA, Selma Garrido. **Versões do campo da Didática na Base Nacional Comum da Formação Docente no Brasil**. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 2020. Disponível em: <https://www.serie-estudos.ucdb.br/serie-estudos/article/view/1479>. Acesso em: 02 ago. 2021.

SILVA, Antonia Alves Pereira; ORTIGÃO, Maria Isabel Ramalho. **O curso de Pedagogia e os retrocessos na legislação educacional: uma ofensiva às possibilidades de formação crítica**. *Série-Estudos-Periódico do Programa de Pós-Graduação em Educação da UCDB*, 2020. Disponível: <https://serieucdb.emnuvens.com.br/serie-estudos/article/view/1487>. Acesso em: 02 set. 2021

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA. **Resolução CONSEPE N° 64/2006. Projeto Político-Pedagógico do Curso de Graduação em Pedagogia.** Licenciatura, do Centro de Educação, Campus I, da Universidade Federal da Paraíba. João Pessoa, PB, 2006. Disponível em: https://sigaa.ufpb.br/sigaa/public/curso/documentos.jsf?lc=pt_BR&id=1626698. Acesso em: 19 mar. 2021.

VASCONCELLOS, Celso dos Santos. **Planejamento: projeto de ensino-aprendizagem e projeto político-pedagógico.** São Paulo: Liberta Editora, 2008.

VÁSQUEZ, Adolfo Sánchez. **Filosofia da práxis.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1968.

ZABALZA, Miguel A. **O estágio e as práticas em contextos profissionais na formação universitária.** Cortez Editora, 2014.

ANEXO A – SOLICITAÇÃO DE ACESSO ÀS FONTES DOCUMENTAIS DA CGE/PRG/UFPB

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE EDUCAÇÃO
CURSO DE PEDAGOGIA

À: Coordenadora da Coordenação Geral de Estágio (CGE/PRG/UFPB)

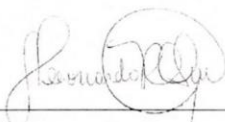
Coordenadora: Marçoniia Maria Dias Arnoud Silva

Encaminhamento e Solicitação

Pelo presente, encaminho a discente **Gleeciany Souza Santos**, matrícula **11508683**, vinculada ao curso de graduação em Pedagogia – desta Instituição de Ensino Superior, para realizar um estudo exploratório sobre Termos de Compromisso e Planos de Atividades de estágios não-obrigatórios. Para tanto, solicito que seja viabilizado o apoio a referida discente, no sentido de favorecer o acesso as fontes documentais desta coordenação (acesso aos dados do SIGAA, módulo central de estágios), para realização da pesquisa no período de 01 a 15 de novembro de 2021.

Agradecemos, desde já, o apoio dessa Coordenação, nos colocando à disposição para esclarecimentos que se façam necessários.

João Pessoa, 27 de outubro de 2021.



José Leonardo Rolim de Lima Severo

Orientador

Autentico


Marçoniia Maria Dias A. Silva
Coordenadora Geral de Estágio
CGE / PRG / UFPB
MAT. SIAPE 3366282

Em 27/10/21